

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PA021507/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 079/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada, com notória especialização, para a prestação de serviços objetivando o recebimento de valores não repassados pela União ao Município de Irecê-Ba, em decorrência da subestimação do VMAA (Valor Mínimo Anual por Aluno) que deveria nortear os repasses destinados à complementação de verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento da educação quando da vigência do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

Contratada: JOÃO AZÊDO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - CNPJ 05.500/356/0001-08.

Prazo de vigência: 60 (sessenta) meses; 30/07/2024 até 30/07/2029.

Valor Total: Honorários de 20% (vinte por cento), do valor a ser recebido pelo Município em decorrência da atuação do escritório proponente.

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, "c" da Lei Federal 14.133/2021

Irecê - BA, 30 de Julho de 2024.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 093007/2024
Processo Administrativo Nº PA021507/2024
Inexigibilidade de Licitação ° 079/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE IRECÊ/BA. Contratada: JOÃO AZÊDO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.500.356/0001-08. Objeto: Contratação de empresa especializada, com notória especialização, para a prestação de serviços objetivando o recebimento de valores não repassados pela União ao Município de Irecê-Ba, em decorrência da subestimação do VMAA (Valor Mínimo Anual por Aluno) que deveria nortear os repasses destinados à complementação de verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento da educação quando da vigência do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério). Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei. Valor Global: Honorários de 20% (vinte por cento), do valor a ser recebido pelo Município em decorrência da atuação do escritório proponente. Fundamentação legal: Artigo 74, inciso III, "c" da Lei Federal 14.133/2021. Irecê/BA, 30 de Julho de 2024.